

BOLETIM

SICOOB ALTO VALE

NOTÍCIAS & COOPERAÇÃO

Edição 33
Julho a Setembro de 2024

Quase R\$500 milhões são injetados na economia do Alto Vale

O Sicoob Alto Vale, nos últimos cinco anos, proporcionou aos seus cooperados um ganho social que soma mais de R\$ 494 milhões. O valor corresponde ao cálculo formado pela soma dos ganhos diretos – sobras da cooperativa, e pelos ganhos indiretos – economia gerada com taxas e tarifas praticadas pelo Sicoob, em comparação ao Sistema Financeiro Nacional.

Este é um dos parâmetros do impacto social que o cooperativismo financeiro proporciona para as comunidades, já que esses valores giram dentro dos municípios onde o Sicoob Alto Vale está presente. "A gente fala muito em resultado ou sobras no final de cada exercício da cooperativa, mas precisamos falar mais do ganho social do associado, porque esse acontece ao

longo de todo o ano, a cada transação que ele faz com o Sicoob e a cada vez que ele escolhe o cooperativismo financeiro", destacou o presidente do Sicoob Alto Vale, Pedro Locks.

A economia gerada aos cooperados reverte em investimento nos negócios locais, em bens pessoais e desenvolvimento regional. "Esse é o nosso propósito na prática: conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade", finalizou Locks.

Quando se fala em Sistema Sicoob, e no montante que representa a economia e o ganho social em todo Brasil, o valor, só de 2023, representa mais de R\$ 30 bilhões.

GANHO SOCIAL

acumulado nos últimos 5 anos



Economia	R\$ 359.052.588
Sobras	R\$ 135.927.044

Economia total + sobras

R\$ 494.979.632

Referência: acumulado 2019 à 2023

Valores calculados com base na média de taxas de juros e valores de tarifas praticadas pelo mercado e pelo Sicoob Alto Vale.
Fonte: Banco Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil e CardMonitor.

Balancete do exercício

	Julho/2024
ATIVO	1.570.146.183
DISPONIBILIDADES	17.931.817
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.574.002.317
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	64.092.585
Títulos e Valores Mobiliários	66.628.017
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(205.566)
Relações Interfinanceiras	642.272.039
Centralização Financeira	642.272.039
Operações de Crédito	791.160.113
Outros Ativos Financeiros	10.055.129
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(42.555.191)
(-) Operações de Crédito	(41.581.302)
(-) Outras	(973.889)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	490.674
OUTROS ATIVOS	3.431.156
IMOBILIZADO DE USO	22.538.123
INTANGÍVEL	9.198
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(5.701.912)
TOTAL DO ATIVO	1.570.146.183

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.570.146.183
DEPÓSITOS	1.053.317.819
Depósitos à Vista	260.433.294
Depósitos à Prazo	764.884.525
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	329.884.902
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	119.195.836
Relações Interfinanceiras	204.164.831
Repasses Interfinanceiros	204.164.831
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.196.046
Outros Passivos Financeiros	328.190
PROVISÕES	2.676.805
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	1.161.617
OUTROS PASSIVOS	23.504.933
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	196.950.293
CAPITAL SOCIAL	87.410.067
RESERVAS DE SOBRAS	76.975.655
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.564.571
CONTAS DE RESULTADO	649.813
RECEITAS	25.206.161
DESPESAS	(24.156.148)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.570.146.183

EXERCÍCIO DE JULHO 2024

MIRIAM PEIXE HINGHAUS
Diretora Administrativa

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177-O

	agosto/2024
ATIVO	1.612.804.262
DISPONIBILIDADES	15.637.553
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.620.896.502
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	71.306.481
Títulos e Valores Mobiliários	68.335.857
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(286.536)
Relações Interfinanceiras	656.750.021
Centralização Financeira	656.750.021
Operações de Crédito	812.458.921
Outros Ativos Financeiros	10.005.495
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(44.614.009)
(-) Operações de Crédito	(43.638.556)
(-) Outras	(975.054)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	503.928
OUTROS ATIVOS	3.164.773
IMOBILIZADO DE USO	23.290.878
INTANGÍVEL	17.448
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(5.086.151)
TOTAL DO ATIVO	1.612.804.262

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.612.804.262
DEPÓSITOS	1.051.697.199
Depósitos à Vista	256.222.731
Depósitos à Prazo	795.474.467
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	341.598.508
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	113.044.359
Relações Interfinanceiras	222.095.743
Repasses Interfinanceiros	222.095.743
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.116.093
Outros Passivos Financeiros	342.372
PROVISÕES	2.829.782
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	1.286.357
OUTROS PASSIVOS	24.285.988
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.051.309
CAPITAL SOCIAL	87.401.083
RESERVAS DE SOBRAS	76.975.655
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	22.564.571
CONTAS DE RESULTADO	4.095.111
RECEITAS	49.053.947
DESPESAS	(44.958.827)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.612.804.262

EXERCÍCIO DE AGOSTO 2024

MIRIAM PEIXE HINGHAUS
Diretora Administrativa

Elaine Cristina Neto
Contadora - CRC/MG 082.177-O

Melhores empresas para trabalhar

O Sicoob Alto Vale conquistou o selo Great Place to Work (GPTW) – Melhores Empresas para Trabalhar – pelo terceiro ano consecutivo. E a novidade deste ano é o certificado Great People Mental Health. A certificação de Saúde Mental considera um ambiente de trabalho emocionalmente saudável e produtivo.

A pesquisa de clima organizacional foi aplicada, pela equipe GPTW, com os colaboradores da cooperativa nos meses de julho e agosto e o resultado divulgado em setembro.

O GPTW é uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.



Premiação Sinergia

Sicoob Alto Vale é premiado em evento promovido pelo Sicoob Central SC/RS. O reconhecimento se deu pelos resultados alcançados pelas cooperativas em projetos nas áreas de gente e cultura, social e negócios. O Sicoob Alto Vale recebeu o troféu na categoria Educação Financeira e Excelência Sinergia!

Além disso, durante o evento que reuniu lideranças das cooperativas do Sistema Sicoob de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Sicoob Alto Vale teve a oportunidade de, junto ao Sicoob Credivale, falar sobre Negócios na Prática.

A Convenção Sinergia ocorreu em Florianópolis, entre os dias 26 e 28 de julho.



Palavra do Presidente



Entramos no último trimestre do ano e o que podemos considerar, até agora, de 2024? O Sicoob Alto Vale teve no primeiro semestre números considerados normais, um pouco abaixo do planejado, mas dentro das perspectivas da economia. Contudo, o segundo semestre começou mais instável, com aumento de provisões e das inadimplências. Também, temos pela frente a Resolução CMN nº 4.962/21 do Banco Central que vem aplicar novos conceitos e critérios aos instrumentos financeiros, isso válido para todas as instituições, não apenas para nós do Sicoob, mas com certeza terá impacto nos negócios, em 2025.

Diante das condições impostas pela economia, seguimos firmes, com os pés no chão, buscando atender da

melhor forma o nosso associado. Largamos em julho nosso Fundo de Investimento Social, que já neste primeiro ano vai contemplar 32 projetos de interesse coletivo, de entidades que atuam na nossa região. Não podemos esquecer de falar do Ganho Social que o cooperativismo financeiro gera para a comunidade, por isso, também levantamos o número que apenas o Sicoob Alto Vale proporcionou para a região, quase R\$ 500 milhões nos últimos cinco anos, valor entre sobras e economia gerada para o associado.

Estamos focados no propósito de Justiça Financeira, as ações da nossa cooperativa são sempre pautadas pensando na prosperidade do nosso cooperado. Por isso, não apenas a nossa equipe se mantém em constante aperfeiçoamento, mas também nós do Conselho de Administração e Fiscal. Recentemente, estivemos reunidos participando do plano de capacitação de dirigentes, estudando temas como: segurança da informação, lei de proteção de dados, gestão integrada de riscos e da continuidade de negócio, gerenciamento social, ambiental e climático, responsabilização de

dirigentes e governança corporativa. Seguimos juntos para finalizar 2024! Um abraço, Pedro Locks



Conselheiros

Expediente

Jornalista responsável:
Aline Kummrow (SC 03175 JP)

Projeto Gráfico:
Comunicação Sicoob Central SC/RS

Diagramação:
Roger Seula

Impressão:
Gráfica Tipotil

Tiragem:
500 exemplares

Circulação:
Alto Vale do Itajaí

Sicoob Alto Vale
Fone: (47) 3522-6944

E-mail:
aline.k@sicooobaltovale.coop.br

Conheça os projetos aprovados pelo Fundo Social do Sicoob Alto Vale

A primeira edição do Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob Alto Vale recebeu 73 inscrições, com projetos de 19 municípios da região. Ao todo, os projetos inscritos somaram mais de R\$ 1.801.670,4. Para 2024, a cooperativa tem à disposição pouco mais de R\$ 400 mil, por isso nem todos puderam ser aprovados. Diante da análise da Comissão de Avaliação de Projetos do Fundo de Investimento Social e a avaliação do Conselho de Administração do Sicoob Alto Vale, foi possível aprovar 32 projetos de interesse coletivo, que apresentaram contribuir com a qualidade de vida das pessoas e promover desenvolvimento social, com foco na educação, cultura, esporte, saúde, empreendedorismo social e inovação, assistência social, e responsabilidade ambiental e climática.

O edital 001/2024, publicado em 1º de julho esteve aberto até o dia 31 de julho para as entidades, sem fins lucrativos, realizarem o cadastro dos projetos. A análise da Comissão do Fundo de Investimento Social, avaliação e aprovação pelo

Conselho de Administração do Sicoob Alto Vale ocorreu no mês de agosto e, como prevê o edital, a divulgação dos projetos aprovados ocorreu até o dia 9 de setembro.

"Além da publicação oficial nos canais da cooperativa, a Comissão do FIS fez contato com cada entidade participante. Desta forma, também como prevê o nosso edital, essa entidade que teve o projeto aprovado tinha até o dia 22 de setembro para enviar a documentação necessária para liberação dos recursos. Agora, de posse desses documentos, os projetos serão efetivamente contemplados com recursos financeiros provenientes do Fundo de Investimento Social da cooperativa", explicou a coordenadora de projetos do Sicoob Alto Vale, Taise Duarte.

A cerimônia de divulgação e entrega dos recursos do FIS será realizada no dia 22 de outubro, na Sede do Sicoob Alto Vale, em Rio do Sul.



FUNDO
social
Sicoob Alto Vale

Cidade	Entidade	Projeto
Agrolândia	APP CEI Uta Krieser	Brinquedoteca – diversão e aprendizagem
Atalanta	APP UEI Chapeuzinho Vermelho	Brinquedoteca
Brasão do Trombudo	APP EN Brasão do Trombudo Km 15	Cobrinha uma escola de sonhos
Ituporanga	Associação Abrigo Mão Amiga - Ama	Sono gostoso – minha cama quentinha
Ituporanga	Grupo de Escoteiros Itu-Acu	Melhorias para atividades do Grupo Escoteiro
José Boiteux	APP CEM Amália De Marchi Lunelli	Espaço escolar e a prática esportiva na comunidade
Petrolândia	Comunidade Evangélica de C. Luterana Rio Antinhas	Espaço recreativo da Comunidade de Rio Antinhas
Petrolândia	Clube XV de Novembro	Aquisição de utensílios
Petrolândia	Associação de Mães Cantinho da Amizade	Aprendizado e melhoria na qualidade de vida
Petrolândia	Associação de Apoio as Crianças Carentes de Petrolândia	Ser criança
Rio do Campo	APAE Rio Do Campo	Proporcionando Espaços de Acessibilidade e Atividades Lúdicas
Rio do Oeste	APAMES Assoc. Pais e Mães de Pessoas com Deficiência Intelectual	Ambiente lúdico
Rio do Sul	Bonfort Futsal	Jogando juntos
Rio do Sul	Associação Casa da Amizade De Rio Do Sul	Empoderamento feminino: fortalecimento de vínculos e relações sociointeracionais
Rio do Sul	Equovall Equoterapia	Um passo para o futuro
Rio do Sul	Associação Esporte Lazer Alto Vale – ELAV	Toque de ouro
Rio do Sul	Fundação TREMTUR	Fundação TREMTUR: 25 anos
Rio do Sul	APAE Rio do Sul	Adequação de espaço (fraldário)
Rio do Sul	Rotary Club De Rio Do Sul	Rede Catarina de Rio Do Sul (13ª Batalhão de PMSC)
Rio do Sul	JCI Rio do Sul	Robótica para Todos: promovendo a inclusão e a inovação
Rio do Sul	Obra Kolping Estadual de Santa Catarina	Game: educação financeira, cooperativismo e empreendedorismo
Rio do Sul	AMA Rio do Sul AFADI	Segurança e bem-estar
Salete	Comunidade Kolping de Salete	Implantação do sistema de Energia Solar
Salete	Rotary Club de Salete – Geração	Ampliação do Banco do Ortopédico
Salete	APP EEF Bernardo Rohden	Memórias literárias
Salete	APP CE Prefeito Affonso Rohden	Bem-estar com estímulos pedagógicos na educação
Salete	Par. Imaculada Conceição – Mitra Diocesana de Rio do Sul	Revitalização da quadra de areia da comunidade Rio América
Taió	Rede Feminina de Combate ao Câncer de Taió	Aliviando a dor do próximo
Taió	Rotary Club de Taió	Atualidade Visual nas escolas
Taió	Grupo Escoteiro Pedra Áurea	Container, a nossa sede própria
Trombudo Central	APP CEB Alberto Balduino Barchfeld	Impressora multifuncional
Vidal Ramos	Abrigo Albertina Berkenbrock	Dormitório: um descanso tranquilo

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Segundo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2024 da cooperativa financeira SICOOB ALTO VALE.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,3 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Nossa cooperativa

O SICOOB ALTO VALE é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça nosso Conselho de Administração e Diretoria

Pedro Locks Presidente	Valdemar Backmeier Conselheiro
Laudir Schaffer Vice Presidente	Volnei Michels Conselheiro
Everaldo J. Leffer de Liz Secretário	Miriam Peixe Hinghaus Diretora Administrativa
Fábio Alex Loch Conselheiro	Moacir Carlos Bonin Diretor de Negócios

Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim ga-

rantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,15% nos níveis de "AA" a "C".

Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(s) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL SC/RS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No primeiro semestre de 2024, o SICOOB ALTO VALE registrou o total de 21 (vinte e uma) manifestações, sendo 16 (dezesseis) reclamações. Das reclamações, 9 (nove) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua

confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de

29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 30 de junho de 2024

Resultados Financeiros do Período		% de variação	30/06/2024	30/06/2023
Sóbras do Período - antes de Juros e Capital		2,69%	24.897.891,72	24.494.879,33
Número de cooperados		% de variação	30/06/2024	31/12/2023
Total		6,47%	84.438	91.034

Carteira de Crédito		% de variação	30/06/2024	4/2/2021-00
Carteira Rural		-7,32%	222.847.004,57	240.184.985,42
Carteira Comercial		-1,49%	339.949.703,36	345.607.987,77
Total		-3,19%	782.796.798	886.892.953,19

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2024 o percentual de 5,67% da carteira, no montante de R\$ 44.926.876,35.

Captações		% de variação	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à vista		9,74%	R\$ 269.079.788,05	R\$ 244.742.125,96
Depósitos a prazo		19,09%	R\$ 765.858.783,33	R\$ 643.085.209,99
LCA		3,33%	R\$ 96.811.444,01	R\$ 93.695.260,47
LCT		-20,99%	R\$ 24.799.129,67	R\$ 31.219.071,38
Total		14,28%	R\$ 1.106.536.144,97	R\$ 1.012.741.672,80

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 30/06/2024 o percentual de 9,23% da captação, no montante de R\$ 105.221.032,61.

Patrimônio de referência		% de variação	30/06/2024	31/12/2023
Total		14,19%	R\$ 174.982.742,78	R\$ 152.875.092,

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

BALANÇO

Balanço Patrimonial

Exercício findos em 30 de junho

		Notas	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			1.578.484.674,87	1.425.504.245,09
DISPONIBILIDADES		4	16.827.455,44	13.724.365,18
INSTRUMENTOS FINANCEIROS			1.560.544.487,25	1.408.822.866,06
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5	62.151.779,10	57.343.236,14
Títulos e Valores Mobiliários		6	59.750.676,21	48.995.685,30
(i) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários			(209.343,59)	(85.043,59)
Relações Interfinanceiras			664.606.086,56	502.205.611,84
Centralização Financeira		4	664.606.086,56	502.205.611,84
Operações de Crédito		7	782.796.798,43	808.592.953,19
Outros Ativos Financeiros		8	11.408.410,64	10.200.413,78
(j) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO			(39.968.992,54)	(30.831.945,61)
(i) Operações de Crédito		7,5	(38.672.729,53)	(30.005.123,25)
(j) Outras		8,1	(865.863,01)	(826.822,36)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		9	477.419,59	1.289.733,87
OUTROS ATIVOS		10	3.558.561,29	1.958.546,82
MOBILIZADO DE USO		11	22.198.971,41	17.463.352,44
INTANGÍVEL		12	9.197,71	9.197,71
(k) DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		11-12	(5.322.765,38)	(4.891.861,76)
TOTAL DO ATIVO			1.578.484.674,87	1.425.504.245,09
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.578.484.674,87	1.425.504.245,09
DEPÓSITOS		13	1.034.934.571,38	897.827.335,95
Depósitos à Vista			269.079.788,05	244.742.125,96
Depósitos a Prazo			765.858.783,33	643.085.209,99
DEMÁS INSTRUMENTOS FINANCEIROS			330.193.247,61	349.937.791,61
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		14	121.601.572,63	124.914.336,85
Relações Interfinanceiras			201.908.336,11	217.335.005,99
Repasse Interfinanceiros		15	201.908.336,11	217.335.005,99
Obrigações por Empréstimos e Repasses		15,9	6.275.938,10	7.446.906,39
Outros Passivos Financeiros		16	317.400,77	241.502,78
PROVISÕES		17	2.467.116,79	2.259.193,43
ORRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS		18	1.132.774,05	1.064.052,20
OUTROS PASSIVOS		19	22.802.259,41	20.149.877,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			187.085.105,72	164.266.124,65
CAPITAL SOCIAL		20	87.544.879,58	72.724.712,20
RESERVAS DE SOBRES			76.975.654,94	71.975.654,94
SOBRES OU PERDAS ACUMULADAS			22.564.571,20	19.565.757,51
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.578.484.674,87	1.425.504.245,09

BALANÇO

Demonstração das Sobras ou Perdas

Exercício findos em 30 de junho

		30/06/2024	30/06/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Crédito	21	104.746.150,24	83.480.784,10
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	67.818.547,19	60.638.777,41
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		31.955.725,77	28.937.469,47
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.007.043,74	2.473.672,14
		1.964.833,54	1.429.875,08
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Captação no Mercado	13.d	(60.243.384,21)	(53.873.777,20)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(40.877.169,33)	(40.711.001,58)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(6.241.236,07)	(4.973.058,82)
		(13.124.978,81)	(8.189.716,80)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		44.502.766,03	39.607.006,90
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	(18.269.894,42)	(13.962.501,09)
Rendas de Tarifas	24	8.433.542,20	5.488.252,35
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	548.598,21	605.207,50
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(16.216.384,42)	(12.231.820,76)
Dispêndios e Despesas Tributárias	27	(11.965.193,86)	(10.249.594,46)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	(206.285,11)	(222.726,65)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	6.302.974,46	5.542.179,70
		(5.167.145,90)	(2.893.998,77)
PROVISÕES			
Provisões/Reversões para Contingências	30	(167.613,27)	(299.379,13)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(5.184,46)	(46.017,29)
		(162.428,81)	(253.361,84)
RESULTADO OPERACIONAL		26.065.258,34	25.345.126,68
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	(197.774,24)	(14.536,28)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		25.867.484,10	25.330.590,40
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de Renda Sobre Alcos Não Cooperados		(118.076,67)	(194.508,18)
Contribuição Social Sobre Alcos Não Cooperados		(71.596,05)	(115.941,66)
		(46.480,62)	(78.566,52)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(752.405,71)	(641.505,99)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		24.997.001,72	24.494.576,23
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		24.997.001,72	24.494.576,23
SOBRAS DO PERÍODO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		24.997.001,72	24.494.576,23

Demonstração de Resultado Abrangente

Exercício findos em 30 de junho

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		24.997.001,72	24.494.576,23
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		24.997.001,72	24.494.576,23

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício findos em 30 de junho

[illegible]

09

Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consoante à Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução CMN nº 4.924/2021 (ambas as Resoluções foram alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024) e Resolução BCB nº 2/2020 (alterada pela Resolução BCB nº 367/2024). Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 27/08/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif). Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida

pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif;
- iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1º/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidênciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificadas e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 – Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- **Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPI).
- Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.

• Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

• Reconhecimento e mensuração do produto câmbio: deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

• Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

O Conselho Monetário Nacional publicou em 26 de junho de 2024, a Resolução CMN nº 5.146 que dispõe sobre alterações na Resolução CMN nº 4.966/2, permitindo que sistemas cooperativos de dois ou de três níveis que contenham instituição enquadrada nos segmentos 1 (S1), 2 (S2) ou 3 (S3), conforme regulamentação vigente, possam adotar a metodologia completa de perda esperada prevista na normativa. Portanto, o Sicoob adotará essa metodologia de perda esperada para suas singulares e centrais.

• Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2022 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 – Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

As atividades de cronograma de implantação do Sicoob encontram-se na Fase 3, compreendendo discussões a serem desenvolvidas de mudanças em sistemas internos e externos com a construção de motores para execução de classificação de ativos financeiros e reformulação dos sistemas de caracterização de ativo problemático/classificação de carteira e perdas esperadas.

Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperati-

vo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por Cédulas de Produto Rural (CPRs), títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira. A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), pre-fixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Consiste em montante líquido suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permane-

em nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.934/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em proveito de terceiros demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais

instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob. O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recor-

Descrição	Empreitada/ID	Financiamento	Financiamento Rural	% de Cessão	30/06/2023	31/12/2023
Sector Privado - Construção	77.993.368,1	24.499.395,40		13,84%	102.082.713,60	109.380.188,91
Sector Privado - Indústria	55.280.131,63	14.794.076,60		8,99%	70.074.258,51	75.156.154,07
Sector Privado - Serviços	88.237.313,68	39.239.592,47		16,90%	127.476.906,15	137.136.478,65
Pessoa Física	140.507.461,06	118.719.495,62	22.847.064,57	85,11%	492.124.961,85	485.974.775,97
TOTAL	898.472,05	24.995,87		0,11%	894.487,37	935.356,34
Total	362.688.236,73	187.481.557,15	22.847.064,57	60,90%	782.768.768,43	804.125.629,87

Descrição	30/06/2023	31/12/2023
Saldo inicial	30.005.123,25	18.086.214,56
Constituições/ Reversões no período	12.564.739,53	18.685.601,94
Transferência para prejuízo no período	(3.897.133,25)	(6.766.693,25)
Saldo Final	38.672.729,53	30.005.123,25

Descrição	30/06/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	6.185.960,78	0,77%	4.533.346,22	0,55%
10 Maiores Devedores	27.527.725,11	3,41%	27.154.073,28	3,29%
50 Maiores Devedores	81.070.637,54	10,03%	83.438.475,55	10,11%

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	11.670.850,64	6.851.732,74
Valor das operações transferidas no período	4.394.551,01	7.117.533,18
Valor das operações recuperadas no período	(1.046.399,52)	(1.046.974,51)
Valor das operações negociadas no período	(1.031.120,33)	(1.239.896,44)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.311,05)	(11.544,33)
Saldo Final	13.976.579,75	11.670.850,64

h) Operações renegociadas:
Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	16.279.382,41	26.388.935,90

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honorários (A)	1.209.880,30	-	1.209.880,30	1.094.650,40	-	1.094.650,40
Rendas e Recebíveis (B)	9.532.478,89	-	9.532.478,89	8.482.214,90	-	8.482.214,90
Títulos e Créditos e Devedores por Depósitos em Garantia (C)	113.071,37	-	113.071,37	88.614,71	-	88.614,71
	-	502.980,02	502.980,02	-	543.175,68	543.175,68
TOTAL	10.855.430,62	502.980,02	11.458.410,64	9.655.239,10	543.175,68	10.200.414,78

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	30/06/2024			30/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Contas						39.381,00
Rendas de Cartões	807.896,87		807.896,87	795.788,85		795.788,85
Rendas de Contrapartida Contratadas e Rendas de Cooperativa Central	2.275.323,39		2.275.323,39	7.216.870,38		7.216.870,38
Rendas de Serviços Bancários	284.648,72		284.648,72	267.714,63		267.714,63
Rendas de Fungos	89.228,66		89.228,66	82.028,81		82.028,81
Rendas de Transações Interfinanceiras	41.967,82		41.967,82	45.718,72		45.718,72
Rendas de Outros Receitas	22,00		22,00	2,80		2,80
TOTAL	8.532.478,89		8.532.478,89	8.462.416,36		8.462.416,36

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pix	-	59.869,20	59.869,20	-	59.032,17	59.032,17
Cofins	-	486.612,70	486.612,70	-	479.960,16	479.960,16
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	6.499,12	6.499,12	-	6.183,36	6.183,36
TOTAL	-	652.980,02	652.980,02	-	545.175,69	545.175,69

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avarias e Flancas Mercadas	(R\$95.863,01)	-	(R\$95.863,01)	(R\$26.822,36)	-	(R\$26.822,36)
TOTAL	(R\$95.863,01)	-	(R\$95.863,01)	(R\$26.822,36)	-	(R\$26.822,36)

Nível / Percentual	Ataís e Fianças Honorárias	Total em	Provisões	Total em	Provisões
Risco / Situação	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023
F 30% Nominis	11.040,03	11.040,03	31.131,97	100.286,58	(20.083,47)
F 30% Nominis	32.372,42	22.327,42	(100.286,58)	106.172,07	(22.050,57)
F 50% Nominis				47.709,05	(23.063,52)
F 50% Nominis	134.933,27	134.933,27	(87.486,66)	41.231,62	(42.085,87)
G 70% Vincendas	244.645,76	244.645,76	(175.253,37)	157.472,57	(11.065,99)
G 70% Vincendas				24.348,36	(24.083,19)
H 100% Vincendas	582.933,68	582.933,68	(542.933,68)	564.470,88	(36.063,35)
Total	11.040,03	11.040,03	31.131,97	371.791,82	(8.083,47)
Total Geral	1.518.426,03	1.518.426,03	(895.863,01)	1.084.606,00	(82.053,36)
Total Geral	1.209.885,01	1.209.885,01	(895.863,01)	1.084.606,00	(82.053,36)
Provisões	(895.863,01)	(895.863,01)		(826.326,32)	
Total Líquido	314.071,03	314.071,03		257.786,64	

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	477.419,59	-	477.419,59	1.289.733,87	-	1.289.733,87
TOTAL	477.419,59	-	477.419,59	1.289.733,87	-	1.289.733,87



origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ – Exercícios Anteriores (R\$ 194.643,20); Saldo Negativo De CSLL – Exercícios Anteriores (R\$ 128.258,01); Outros impostos e contribuições a compensar (R\$ 154.518,38).

10. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Suntuais	588.344,39	-	588.344,39	80.071,02	-	80.071,02
Adiantamentos para Pagamentos de Nova Conta	24.002,05	-	24.002,05	9.184,24	-	9.184,24
Adiantamentos por Conta de Inutilização	540.449,39	-	540.449,39	803.409,90	-	803.409,90
Devedores Diversos - Fato (a)	690.775,86	-	690.775,86	194.603,56	-	194.603,56
Material em Estoque	53.287,17	-	53.287,17	345,80	-	345,80
Moeda não Finance. Mantida para Venda - Recebíveis (a)	423.366,57	-	423.366,57	-	-	-
1) Prov. Deix. Moeda não Fin. Mantida para Venda - Res. (a)	(163.000,00)	-	(163.000,00)	-	-	-
Despesas Antecipadas (a)	1.421.345,99	-	1.421.345,99	870.911,00	-	870.911,00
TOTAL	3.058.581,29	-	3.058.581,29	1.908.546,82	-	1.908.546,82

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prestações a Receber	33.215,76	-	33.215,76	90.476,67	-	90.476,67
Prestações a Receber - Banco Bradesco	4.556,79	-	4.556,79	19.885,40	-	19.885,40
Diferença de Câmbio	343.919,00	-	343.919,00	50.500,00	-	50.500,00
Prestações Antas	187.805,17	-	187.805,17	17.708,16	-	17.708,16
Progrm. Adicional	17.039,06	-	17.039,06	36.041,31	-	36.041,31
Outros Devedores Diversos	84.127,80	-	84.127,80	-	-	-
TOTAL	690.775,86	-	690.775,86	194.603,56	-	194.603,56

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebíveis estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebíveis".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2024	31/12/2023
Móveis e Equipamentos em Estoque		6.101,51	-
Imobilizado em Curso (a)		39.240,00	5.111.608,25
Tenções		2.398.796,42	2.388.796,42
Instalações	10%	7.724.466,21	90.769,20
Móveis e equipamentos de Uso	10%	6.281.573,54	4.471.961,39
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.919.414,28	2.705.694,05
Sistema de Segurança	10%	1.059.959,28	889.504,09
Sistema de Transporte	20%	227.559,51	227.559,01
Benefícios em Indústrias de Tensões		1.541.754,79	1.534.564,78
Total de Imobilizado de Uso		22.199.871,41	17.463.352,44
(i) Depreciação Acumulada de Instalações		(84.318,43)	(19.779,17)
(ii) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.586.062,10)	(4.207.531,95)
(iii) Depreciação Acum. Veículos		(123.043,26)	(100.287,42)
(iv) Depreciação Benefícios em Indústrias de Tensões		(723.379,35)	(569.729,74)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.616.803,14)	(4.896.819,28)
TOTAL		16.582.168,27	12.566.533,16

(a) As imobilizações em curso referem-se a mudança de endereço

da agência de Pouso Redondo-SC; Taló-SC. Esses valores serão alocados em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciados.

12. Intangível

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	30/06/2024	31/12/2023
Sistemas De Processamento De Dados	20%	9.197,71	9.197,71
Intangível		9.197,71	9.197,71
(i) Valor Acum. De Ativos Intangíveis		(5.962,24)	(5.962,24)
Total de Amortização de Ativos Intangíveis		(5.962,24)	(5.962,24)
TOTAL		3.235,47	4.155,31

13. Depósitos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista	860.975.194,42	-	860.975.194,42	844.744.125,40	-	844.744.125,40
Depósito a Prazo	100.881.103,46	4.207.600,89	105.088.704,35	430.080.680,09	3.516.102,13	433.596.782,22
TOTAL	961.856.297,88	4.207.600,89	966.063.898,77	1.274.824.805,49	3.516.102,13	1.278.340.907,62

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a aporregiadas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

(c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maiores Depositantes	12.459.153,39	1,09%	18.132.711,85	1,82%
10 Maiores Depositantes	71.387.481,30	6,26%	71.223.247,76	7,13%
50 Maiores Depositantes	187.610.908,12	13,82%	146.394.955,42	14,66%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de imposto.

(d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	(34.510.985,96)	(33.281.473,31)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(4.228.418,10)	(4.696.322,17)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(1.321.317,79)	(1.959.011,81)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(816.447,45)	(675.194,29)
TOTAL	(40.877.169,33)	(40.711.001,58)

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculadas (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos em Cartão de Débito em Conta Corrente - C.D.	24.790.128,02	-	24.790.128,02	31.270.071,38	-	31.270.071,38
Depósitos em Cartão de Débito em Conta de Poupança - C.D.P.	28.307.055,45	60.611.890,58	88.918.946,03	34.750.064,76	58.980.380,71	93.669.265,47
TOTAL	53.107.172,57	60.611.890,58	113.719.063,15	66.020.136,14	58.980.380,71	124.910.516,85

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d- Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos e créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	63.201.601,69	101.201.601,29	164.403.202,98	110.001.873,02	86.106.696,26	196.108.569,28
Recursos da Central	2.002.234,74	1.420.470,09	3.422.704,83	2.002.234,74	1.420.470,09	3.422.704,83
TOTAL	65.203.836,43	102.622.071,38	167.825.907,81	112.004.107,76	87.527.166,35	199.531.274,11

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 6,00 % ao ano, com vencimento até 05/05/2024. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 6,17% ao ano, com vencimento até 25/03/2031.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	1.889.271,41	4.416.688,69	6.305.959,10	2.830.239,72	4.915.880,47	7.746.120,19
TOTAL	1.889.271,41	4.416.688,69	6.305.959,10	2.830.239,72	4.915.880,47	7.746.120,19

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 20% do CDI, com vencimento até 14/10/2024.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	30/06/2024			30/06/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(6.936.337,67)	-	(6.936.337,67)	(4.543.369,78)	-	(4.543.369,78)
Cooperativa Central	(304.888,40)	-	(304.888,40)	(429.089,04)	-	(429.089,04)
TOTAL	(7.241.226,07)	-	(7.241.226,07)	(5.012.458,82)	-	(5.012.458,82)

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Título de Tesouro (3)	98,14	-	98,14	10.500,00	-	10.500,00
Obrigações por Arrendamento de Bens e Direitos	62.800,00	-	62.800,00	113.700,00	-	113.700,00
Governança e Arrendamento de Títulos e Valores Mobiliários (3)	244.451,73	-	244.451,73	117.291,44	-	117.291,44
TOTAL	303.450,87	-	303.450,87	224.491,44	-	224.491,44

a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	98,14	-	98,14	10.500,00	-	10.500,00
TOTAL	98,14	-	98,14	10.500,00	-	10.500,00

b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações de Crédito - IGF	201.413,02	-	201.413,02	114.360,00	-	114.360,00
Multiplex	300,00	-	300,00	204,00	-	204,00
Outra Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (3)	2.486,32	-	2.486,32	2.738,34	-	2.738,34
TOTAL	204.199,34	-	204.199,34	117.291,44	-	117.291,44

17. Provisões

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Operações Financeiras em Progresso	902.276,94	659.841,57	1.562.118,51	603.574,42	1.650.780,72	2.254.355,14
Provisão Para Contingências	-	624.458,16	624.458,16	-	599.313,72	599.313,72
TOTAL	902.276,94	1.284.300,73	2.186.577,67	603.574,42	2.250.094,44	2.853.668,86

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobragências concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por cobragências e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobragências Prestadas	110.368.099,34	-	97.338.058,16	-
TOTAL	110.368.099,34	-	97.338.058,16	-

b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém com provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável. Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
IRB	48.666,26	59.852,17	59.852,16	59.852,17
COFINIS	486.612,70	486.612,70	479.960,15	479.960,15
Outras Contingências	58.017,29	6.498,12	60.321,41	6.183,36
TOTAL	604.496,19	552.880,80	599.313,72	545.995,68

b.1) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2023	14.304,12	517.653,08	531.957,12	-
Constituição da provisão	46.017,29	-	46.017,29	-
Atualização durante o exercício	-	21.339,30	21.339,30	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.321,41	538.992,32	599.313,73	-
Saldo em 01 de janeiro de 2024	60.321,41	538.992,32	599.313,73	-
Constituição da provisão	12.000,00	-	12.000,00	-
Reversão da provisão	(14.304,12)	-	(14.304,12)	-
Atualização durante o semestre	-	7.488,58	7.488,58	-
Saldo em 30 de junho de 2024	58.017,29	546.480,90	604.496,19	-

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ALTO VALE, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 944.122,48 (em 12/2023 totalizando R\$ 143.502,11). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações e Contingências sobre Lucros e Prejuízos	118.076,67	-	118.076,67	-	-	-
Obrigações e Contingências sobre Impostos de Renda	63.285,42	-	63.285,42	54.860,74	-	54.860,74
Obrigações e Contingências sobre Impostos	791.838,84	-	791.838,84	605.016,00	-	605.016,00
Outros I.R.	167.633,28	-	167.633,28	153.635,90	-	153.635,90
TOTAL	1.140.424,19	-	1.140.424,19	813.512,64	-	813.512,64

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	30/06/2024			31/10/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações	107.277,20	-	107.277,20	120.854,46	-	120.854,46
IRRF sobre juros	13.116,20	-	13.116,20	13.807,20	-	13.807,20
IRRF sobre juros em capital	-	13.114,00	13.114,00	-	13.114,00	13.114,00
TOTAL	120.393,40	127.833,00	248.226,40	134.654,66	-	134.654,66

19. Outros Passivos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024			31/10/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Órcão e Estatutários (1)	15.270.807,44	-	15.270.807,44	13.528.908,44	-	13.528.908,44
Órgãos Administrativos	-	-	-	10,94	-	10,94
Despesas do Pagamento em Nome de Terceiros (2)	403.278,72	-	403.278,72	368.458,88	-	368.458,88
Provisão para Pagamento a	5.827.488,94	-	5.827.488,94	4.453.603,47	-	4.453.603,47
Créditos Diferidos - PIS (3)	1.303.635,17	-	1.303.635,17	1.189.763,12	-	1.189.763,12
TOTAL	22.805.200,27	-	22.805.200,27	19.500.873,25	-	19.500.873,25

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	30/06/2024			31/10/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Juros em Capital	2.450.430,31	-	2.450.430,31	-	-	-
Provisão para Participações nos Benefícios (1)	620.630,47	-	620.630,47	1.278.279,30	-	1.278.279,30
Reserva para Participações e Pagos (2)	17.447,31	-	17.447,31	-	-	-
Crédito de Capital a Pagar (3)	2.380.332,32	-	2.380.332,32	2.364.379,30	-	2.364.379,30
Reserva Voluntária	444.639,21	-	444.639,21	444.639,21	-	444.639,21
FATSE - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	2.460.433,94	-	2.460.433,94	2.460.433,94	-	2.460.433,94
TOTAL	12.803.881,46	-	12.803.881,46	13.508.630,46	-	13.508.630,46

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constitui provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) As gratificações, segundo o artigo 457 da CLT, compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 13/03/2013) (Vide Lei nº 13.419, de 2017);

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.4) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à Instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	30/06/2024			31/10/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	4.130.340,20	-	4.130.340,20	2.891.324,31	-	2.891.324,31
Outros de Pessoais	42.790,76	-	42.790,76	44.842,92	-	44.842,92
Impedimentos	871.274,44	-	871.274,44	821.340,46	-	821.340,46
Despesas com Cartões	372.168,17	-	372.168,17	323.140,01	-	323.140,01
Despesa de Pagamento	364.114,99	-	364.114,99	204.086,21	-	204.086,21
Impedimentos e Impedidos	5.361,28	-	5.361,28	-	-	-
Manutenção e Conservação de	1.305,23	-	1.305,23	5.005,00	-	5.005,00
Transporte	69.440,51	-	69.440,51	-	-	-
Telefonia	111.613,00	-	111.613,00	2.034,94	-	2.034,94
Comunicação	24.037,30	-	24.037,30	226.919,27	-	226.919,27
Outros Fundos para	78.212,39	-	78.212,39	69.600,70	-	69.600,70
Administrativos e Culturais	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.827.488,94	-	5.827.488,94	4.453.603,47	-	4.453.603,47

(d) Os saldos em Credores Diversos – Pais referem-se:

Descrição	30/06/2024			31/10/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provedores e Regenerador Sane	3.026,42	-	3.026,42	25.124,00	-	25.124,00
Outros a Receber a	254.066,20	-	254.066,20	220.123,90	-	220.123,90
Créditos Descontados Financeiros	170.903,57	-	170.903,57	130.274,82	-	130.274,82
Comunicação	492.233,89	-	492.233,89	140.880,74	-	140.880,74
Outros de Saneamento	2.276,15	-	2.276,15	20.904,41	-	20.904,41
Outros de Saneamento	111.769,34	-	111.769,34	111.769,34	-	111.769,34
Outros de Saneamento	26.431,39	-	26.431,39	-	-	-
Outros de Saneamento	517.148,90	-	517.148,90	52.666,02	-	52.666,02
Outros a Liquidar Compromissos	61.066,88	-	61.066,88	4.673,34	-	4.673,34
Provisão a Receber	1.004,26	-	1.004,26	343.961,51	-	343.961,51
Outros de Saneamento	34.800,80	-	34.800,80	31.306,30	-	31.306,30
Outros de Saneamento	1.004,26	-	1.004,26	2.377,90	-	2.377,90
TOTAL	1.363.635,17	-	1.363.635,17	1.069.763,12	-	1.069.763,12

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social	87.544.879,56	72.724.712,20
Quantidade de Cooperados	54.426	51.024

b) Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo Voluntário

Conforme resolução 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

d) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, destinada a dar lastro a eventuais deficiências financeiras, bem como para que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à Instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Fundo de Estabilidade Financeira – FEF, no valor de R\$ 5.000.000,00;
- Conta Capital, no valor de R\$ 14.565.757,51;

f) Juros ao Capital Próprio

A administração da Cooperativa deliberou pela remuneração de

juros ao capital próprio do associado para o exercício de 2024, sendo provisionado no primeiro semestre de 2024 o montante de R\$ 2.432.430,52 (R\$ 2.403.540,00 no primeiro semestre de 2023). Os critérios para a remuneração são definidos pela Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Adiantamentos e Descontos	109.908,52	100.642,74
Rendas de Empréstimos	37.400.777,28	34.509.764,69
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.438.070,14	2.506.000,47
Rendas de Financiamentos	17.846.984,4	19.389.208,11
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	3.491.352,58	2.468.189,70
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Discriminados à Vida	1.813.043,86	1.488.890,81
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Discriminados da Produção Rural	750.031,43	586.718,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Discriminados de LCA	2.289.485,97	2.407.777,40
Rendas de Créditos Por Aval e Fiança Horizontal	5.804,71	25.146,52
Recuperação de Créditos Baneados Como Procuat	2.027.212,96	1.507.444,28
TOTAL	67.818.547,19	66.638.777,41

22. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Captação	(40.877.169,33)	(40.711.001,58)
Despesas Da Oportuções Por Empréstimos E Respassos	(8.241.236,07)	(4.973.058,82)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(13.124.979,81)	(8.189.716,80)
Reversões de Provisões para Oportuções de Crédito	10.588.724,41	9.364.497,89
Reversões de Provisões para Outros Créditos	(55.854,54)	(39.811,40)
Provisões para Oportuções de Crédito	(23.153.742,57)	(13.649.553,47)
Provisões para Outros Créditos	(713.718,19)	(624.512,59)
TOTAL	(80.243.354,21)	(53.873.777,20)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Cobrança	1.150.502,25	1.170.540,55
Rendas por Serviços de Pagamento	4.381.289,47	1.705.489,80
Rendas de Comissão	170.338,88	168.137,87
Rendas de Comissão	1.138.643,38	807.578,80
Rendas de Credenciamento	5.968,54	-
Rendas de Cartões	665.804,89	695.683,87
Rendas de Outros Serviços	518.215,31	381.818,76
Rendas por Antecipação de Oportuções de Transações de Pagamento (a)	344.728,59	103.821,87
TOTAL	8.433.542,39	5.488.252,25

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

24. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Serviços Prioritários - PF	128.040,60	160.820,40
Rendas de Serviços Diferenciais - PF	12.854,00	34.064,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	407.703,81	410.321,10
TOTAL	548.598,21	605.205,50

25. Dispendios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(46.009,10)	(24.054,42)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(559.683,08)	(457.233,96)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.047.211,21)	(2.388.242,44)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.070.715,31)	(2.462.034,34)
Despesas de Pessoal - Provisões	(8.445.739,49)	(6.714.085,51)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(4.430.350)	(5.115.149)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(42.576,31)	(15.015,63)
TOTAL	(18.216.384,42)	(12.231.820,76)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(138.500,64)	(151.728,00)
Despesas de Aluguel	(877.445,84)	(794.966,98)
Despesas de Comunicações	(287.237,68)	(308.192,84)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(482.202,14)	(196.353,32)
Despesas de Material	(178.402,67)	(182.224,97)
Despesas de Processamento de Dados	(1.940.518,02)	(1.131.248,58)
Despesas de Promocões e Relações Públicas	(833.837,38)	(216.377,68)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(202.130,32)	(265.167,15)
Despesas de Seguros	(115.297,75)	(130.689,42)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.146.629,81)	(1.562.132,08)
Despesas de Serviços de Terceiros	(821.064,32)	(1.048.512,51)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(760.432,00)	(728.854,84)
Despesas de Serviços - Terceiros Especializados	(844.756,03)	(692.918,99)
Despesas de Transporte	(587.638,69)	(411.072,81)
Despesas de Viagem no País	(26.518,87)	(11.848,51)
Despesas de Depreciação/Amortização	(892.729,82)	(919.045,52)
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.749.860,70)	(1.914.207,95)
TOTAL	(11.865.163,88)	(10.249.584,46)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Condomínio	(1.769,88)	(1.659,48)
Enrolamentos judiciais e cartórios	(596.441,28)	(130.077,90)
Cooperativismo	(73.351,08)	(66.653,84)
Lanches e refeições	(79.519,13)	(1.520,06)
Uniformes e vestuários	(43.423,30)	-
Contribuições e CCB	-	(81.282,60)
Taxas da junta comercial	-	(740,00)
Impostos e taxas	-	(198,28)
Multas e juros diversos	-	(130,16)
Sistema cooperativista	-	(758.445,45)
Manutenções diversas	(29.462,32)	(31.020,09)
Ratão de despesas de Central	(1.548.158,04)	(1.344.735,85)
Apêlos judiciais	(2.689,79)	(2.754,00)
Interrupção de Internet	-	(62.804,70)
Ratão de despesas do Sicoob Conf	(211.911,84)	(184.431,30)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCB	(214.749,28)	-
Outras despesas administrativas	(10.813,09)	(11.158,37)
TOTAL	(2.749.860,70)	(1.914.207,95)

27. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Tributárias	(R\$ 45.343,17)	(R\$ 61.065,34)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(R\$ 78.166,64)	(R\$ 96.038,96)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(R\$ 82.775,30)	(R\$ 65.822,35)
TOTAL	(R\$ 206.285,11)	(R\$ 222.726,65)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	165.528,58	697.847,14
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	418.424,00	-
Dividendos	31.872,60	17.847,69
Distribuição de sobras da central	3.443.487,89	3.344.571,34
Atualização de depósitos judiciais	7.804,34	10.974,08
Rendas de Respassos Interfinanceiros	116.995,94	66.281,53
Outras rendas operacionais	749.582,05	87.132,33
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.369.299,06	1.317.525,59
TOTAL	6.302.974,46	5.542.179,70

29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Oportuções de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Retroposições	(10.215,01)	(14.706,24)
Despesas de Recursos do PROADRO	(1.233,41)	(1.162,70)
Outras Despesas Operacionais	(1.008.572,03)	(559.048,60)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(3.265.848,81)	(1.202.803,40)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(578,84)	(2,82)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(4.286,66)	(2.411,76)
Outras Contribuições Diversas	(99.215,30)	(67.033,30)
Contas em "vindo de Ressort" de Fraudes Externas	(152.786,30)	(25.251,00)
Perdas - Políticas Individuais	(1.923,38)	(66.993,05)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(875,76)	-
Perdas - Falhas de CANCELAMENTO	(889,63)	(11,79)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(764.950,77)	(948.963,32)
TOTAL	(5.167.145,90)	(2.893.996,77)

a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 23(a).

30. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Provisões/Reversões para Contingências	(5.184,46)	(46.017,29)
Provisões para Contingências	(19.488,58)	(46.017,29)
Reversões de Provisões para Contingências	14.304,12	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(162.428,81)	(253.361,84)
Provisões para Garantias Prestadas	(994.420,35)	(820.068,31)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	831.991,54	566.706,47
TOTAL	(167.613,27)	(299.379,13)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Ganhos de Capital	6.075,27	16.461,80
Outras Rendas Não Operacionais	1.913,68	34.188,02
(1) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(13.709,68)	-
(1) Perdas de Capital	(8.992,12)	(47.333,81)
(1) Outras Despesas Não Operacionais	(62,39)	-
Provisões/Reversões Não Operacionais	(183.000,00)	(17.792,29)
Reversão de Provisões PI Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos PI Venda	240.368,57	-
Reversão de Outras Provisões Não Operacionais	-	96.685,25
(1) Despesas de Provisões PI Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos PI Venda	(423.366,87)	-
(1) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	-	(114.477,54)
TOTAL	(197.774,24)	(14.536,28)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas em 30 de junho de 2024:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	346.390,75	0,11%	1.742,23
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	268.890,68	0,08%	2.214,62
TOTAL	615.281,73	0,19%	3.956,85
Montante das Operações Passivas	1.777.233,44	0,57%	
TOTAL	1.777.233,44	0,57%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL

MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2024

Empréstimos e Financiamentos	0,08%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%
Crédito Rural (modalidades)	0,10%
Aplicações Financeiras	0,51%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 30 de junho de 2024:

Natureza de Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PGLD (Provisão para Crédito de Liquidação Resolvida)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5.928,61	25,19	0,11%
Empréstimos Puros	2.414.198,80	13.233,21	2,18%
Empréstimos	442.089,61	2.740,36	0,13%
Financiamentos	1.026.776,02	5.232,82	0,92%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	638.198,31	0,24%	-
Depósitos a Prazo	5.956.477,42	0,78%	0,75%
Letra de Crédito Agromercado - LCA	716.402,60	0,74%	0,67%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	7.705,89	0,03%	0,62%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (meses)
Empréstimos	1,76%	30,89
Financiamentos	0,86%	73,12
Aplicação Financeira - Pós Fixado (%) CDB	90,07%	66,4
Letra de Crédito Agromercado - LCA	0,66%	24,03
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,62%	11,12

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	5.460.990,86
Empréstimos	1.426.226,92
Financiamentos	4.029.600,61

e) As cobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2024	31/12/2023
Beneficiários de Outras Cobrigações	704.671,70	745.773,54

f) Remuneração de pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
INSS Diretoria/Conselheiros	(107.367,82)	(101.943,54)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(552.368,57)	(457.233,96)
Plano de Saúde	(7.315,14)	-

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

	30/06/2024	31/12/2023
	604.830,41	515.129,54

33.2 Cooperativa Central

O SICOOB ALTO VALE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a

divulgação e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ALTO VALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL SC/RS:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 4	664.606.086,56	502.205.611,84
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6	15.673.699,97	15.066.417,59
Ativo - Título de Renda Fixa (TVM) – Nota 6	3.588.418,11	886.848,30
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber – Nota 8.b	8.275.323,39	7.210.870,38
Total das Operações Ativas	692.143.528,03	525.369.748,11
Passivo - Repasses Interfinanceiros – Nota 15.a	7.445.005,33	9.086.477,31
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses – Nota 15.b	6.275.938,10	7.446.906,39
Total das Operações Passivas	13.720.943,43	16.533.383,70

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL SC/RS:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.b	31.955.725,77	28.937.459,47
Total das Receitas	31.955.725,77	28.937.459,47
Ratão de Despesas da Central – Nota 26.a	(1.546.758,04)	(1.344.773,85)
Total das Despesas	(1.546.758,04)	(1.344.773,85)

34. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	174.562.742,78	152.875.092,55
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	932.231.109,13	887.839.878,28
Índice de Basiléia (mínimo 12%)	18,72%	17,21%
Imobilizado para cálculo do limite	16.882.169,27	12.506.533,16
Índice de imobilização (limite 50%)	9,56%	8,18%

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Contribuição Previdência Privada	(64.831,37)	-
TOTAL	(64.831,37)	-

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes

de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWApod) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levem em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do

reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com o nível de complexidade dos serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação dos relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência;
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas

para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e

condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem. São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados à segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças ao ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Pedro Locks
Presidente

Miriam Peixe Hinghaus
Diretora Administrativa

Elaine Cristina Neto
Controladora
CRC-MG-082.177-0

Crianças participam de oficinas de teatro em Rio do Sul

Alunos da Escola Modelo Ella Kurth, de Rio do Sul, participaram de oficinas de teatro, técnicas artísticas e história do circo oferecidas pelo Teatro Biriba. O projeto, que tem apoio do Sicoob, envolve estudantes de 9 a 11 anos e tem o objetivo de conectar as crianças com o universo da dramaturgia, além de contribuir com algumas habilidades como comunicação, trabalho em equipe e disciplina.

Além de oficinas na escola, com a atriz e professora Janayna Passos, os alunos têm a experiência de conhecer o mundo do Circo Teatro Biriba em uma visita que apresenta os bastidores, com o diretor do projeto César Rosa, o Palhaço Birita.

O Teatro Biriba é uma das companhias mais antigas de circo teatro em atividade do Sul do Brasil. Com 54 anos, o Biriba já está na sua terceira geração de artistas. Por meio do Projeto Cultura, Tradição e Integração, realizado através da Lei de In-

centivo Federal, do Ministério da Cultura, com o apoio da Marliária Indaial, Wanke e Sicoob, a arte milenar do teatro é levada adiante.

As oficinas que encerraram em Rio do Sul no mês de agosto, mas antes ocorreram em Indaial e Timbó, trabalharam diversas técnicas, como postura, dicção, recursos de linguagens utilizados pelos personagens, figurino, cenário, maquiagem... tudo que envolva as crianças para entrarem no universo do teatro, criando memórias afetivas.

Para encerrar as atividades em Rio do Sul, uma apresentação gratuita aconteceu no Circo Teatro Biriba no dia 17 de agosto. No espetáculo, a peça infantil Birita e o Pequeno Dinossauro foi encenada, contando inclusive com a participação dos estudantes que participaram do projeto.



Seguro de Vida como aliado na luta contra o câncer

Todo dia é dia de cuidar da saúde e se proteger. Aproveitando o alerta que as campanhas do Outubro Rosa e do Novembro Azul oferecem, o Sicoob Alto Vale explica mais sobre os benefícios do Seguro de Vida, ainda em vida!

Você sabia que o Seguro de Vida Mulher ou Individual Sicoob é uma proteção financeira que te beneficia em vida, com suporte financeiro em casos de doenças graves, como o câncer? A cobertura do Seguro de Vida Sicoob ainda prevê indenizações para doenças como Alzheimer, acidente vascular cerebral (AVC), infarto, perda de fala ou audição, insuficiência renal crônica, paralisia de membros, cirurgia de revascularização e transplantes.

Ou seja, o Seguro de Vida Sicoob é um gesto de cuidado, e prevenção é um ato de amor. Aproveite este momento de conscientização para detecção precoce de câncer de mama – Outubro Rosa – e do câncer de próstata – Novembro Azul – para fazer exames de rotina, procurar informação e se proteger.

Com expertise de quem já indenizou mais de R\$ 1,6 milhão de casos de doenças graves na região, um recurso que chega em momentos delicados das famílias, o Sicoob Alto Vale está presente em 23 municípios do Alto Vale e conta com uma equipe pronta para tirar todas as dúvidas sobre o Seguro de Vida e como ele pode ser uma proteção financeira para você e sua família.



ESCOLHER A PROTEÇÃO DO SICOOB É CUIDAR DE QUEM VOCÊ AMA SEMPRE.

Os Seguros do Sicoob têm cobertura para doenças graves, como câncer de mama e próstata, e são uma ferramenta essencial para você enfrentar o inesperado.

Viver bem é se prevenir e cuidar da saúde, mas também é garantir a nossa tranquilidade e a de quem a gente ama.

CONHEÇA OS SEGUROS:



Seguro Individual



Seguro Simples



Seguro Vida Empresarial



Seguro Mulher



Seguro Previ

Seguros do Sicoob, pra tudo ficar bem.
sicoob.com.br/seguros

